

### **A Acta Obstétrica e Ginecológica Portuguesa, um documento do Colégio da Especialidade de Ginecologia e Obstetrícia, uma procura de identidade editorial.**

A Acta Obstétrica e Ginecológica Portuguesa (AOGP) representa um esforço louvável de constituição de massa crítica editorial, da parte das sociedades de Ginecologia e Obstetrícia portuguesas. Ainda assim, produziremos investigação nacional de qualidade, com interesse para os potenciais leitores da AOGP, em quantidade suficiente? E, existirão revisores com tempo e experiência editorial suficientes para prestarem serviços com a qualidade exigível a uma revista científica? Penso que a resposta às duas questões formuladas é negativa. Há em Portugal investigadores e revisores de primeira linha no âmbito da Ginecologia e Obstetrícia, mas não serão certamente muitos.

Qual o interesse da publicação de revisões temáticas não sistemáticas por autores que não sejam autoridades reconhecidas, quando abundam excelentes revisões sistemáticas e artigos de opinião escritos por especialistas mundiais, ao alcance electrónico imediato de todos? Para quê publicar artigos pseudo controlados com análises estatísticas inapropriadas, insuficientemente referenciados e discutidos? Serão estes artigos melhores do que casos clínicos bem documentados, opiniões ou consensos de especialistas reconhecidos ou simples séries de casos ou casuísticas dos serviços nacionais?

Por outro lado, o que é que sabemos sobre o que se faz e como se faz na Ginecologia e Obstetrícia, pública e privada, portuguesa? Qual o melhor local, nacional

ou regional, para enviarmos uma doente com uma patologia rara ou com necessidade de um tratamento complexo? Quantas transfusões fetais se realizam por ano no nosso país, com que complicações e em que locais? E quantas exenterações pélvicas se registam? Onde se tratam convenientemente as endometrioses recto-vaginais graves em Portugal? Qual o melhor serviço para formação básica, avançada ou contínua numa determinada área profissional? Que investigação publicamos no estrangeiro, com impacto científico internacional? Em que centros existem programas de investigação, com ou sem programas doutorais?

Em 1999, a Direcção do Colégio da Especialidade de Ginecologia e Obstetrícia da Ordem dos Médicos publicou, sob a tutela do seu presidente, Prof. Doutor Carlos de Oliveira, um documento genérico, razoavelmente completo, sobre as capacidades instaladas e as actividades realizadas nos serviços de Ginecologia e Obstetrícia nacionais<sup>1</sup>. Este documento está hoje desactualizado, mas continua a ser um dos poucos trabalhos que nos permite obter algumas referências sobre os serviços nacionais. Como seria útil manter actualizado este trabalho, completando-o com muitas outras informações relevantes!

Que a AOGP seja um espaço genuíno de divulgação da realidade de uma Ginecologia e Obstetrícia nacional que se continua a bater em pé de igualdade com as congéneres dos países mais desenvolvidos em termos

de indicadores de assistência às populações. Publiquem-se as estatísticas anuais dos serviços nacionais, apresentem-se casos e séries de casos clínicos, divulguem-se os trabalhos que os nossos investigadores publicam no estrangeiro, apresentem-se resultados de reuniões de consenso e opiniões de presidentes de sociedades ou outros especialistas reconhecidos. E, escrevam-se cartas ao Editor, de forma construtiva, com pequenas ou grandes sugestões ou críticas, em partilha com a comunidade de leitores, devidamente temperada por comentários editoriais que filtrem a antipatia e reforcem a didactologia. Estes artigos fazem-nos falta, fazem falta aos pares de outros países que desejem conhecer melhor a nossa realidade e não exigem financiamento específico, desenhos de investigação complexos ou análises estatísticas complicadas.

Escreva-se em Português e também em Inglês. Importa cultivar o Português, entendido, falado e escrito por tantos milhões de pessoas de todo o mundo. Mas, se

queremos ir mais além, necessitamos do Inglês. O Inglês é o Latim da Medicina actual. Os nossos antepassados barbeiros-cirurgiões, tal como as parteiras do passado, não dominavam o Latim, mas os médicos, como qualquer outra elite universitária, eram obrigados a entender, falar e escrever o Latim. Não se trata apenas de uma questão de moda ou de pretensiosismo. No tempo do iluminista Luís António de Verney, o Francês e o Inglês eram disciplinas do curriculum universitário. Hoje, o Inglês é obrigatório em qualquer curriculum pré-universitário e é, por isso, necessariamente, uma das marcas distintivas de qualquer licenciado, seja ele, na área da saúde, médico, enfermeiro ou paramédico.

João Bernardes  
Editor Associado

1- Avaliação da idoneidade formativa em Portugal. Volume II. Direcção do Colégio da Especialidade de Ginecologia e Obstetrícia. Ordem dos Médicos. Coimbra, 1999.